



## **II ENCONTRO DE PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS DA REGIÃO SUL**

**Porto Alegre, 14 a 16 de Novembro de 2014**

### **DOCUMENTO FINAL**

Os participantes do II Encontro de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS da Região Sul divulgam o seguinte documento, a partir das discussões e reflexões ocorridas durante estes três dias:

A situação epidemiológica da Região Sul, em especial do Rio Grande do Sul, é consequência de políticas equivocadas que afastaram do debate e da busca de respostas as pessoas que vivem com HIV/AIDS (PVHA), os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e o controle social. A gestão federal tem responsabilidade neste processo e uma mudança na condução das políticas deve ser urgentemente incrementada neste novo governo da presidente Dilma Rousseff. Neste sentido,

- Reivindicamos a valorização, apoio e financiamento de espaços de capacitação, mobilização e articulação para as PVHA como canal de informação, troca de experiências e fortalecimento.
- Reivindicamos a valorização de ações de Direitos Humanos juntamente a quaisquer políticas destinadas às populações vulneráveis.
- Reivindicamos campanhas regionalizadas de prevenção, sintonizadas com a realidade das populações mais afetadas, e que contribuam para a promoção da solidariedade e convivência evitando qualquer ação preconceituosa de determinação de vetor de disseminação do HIV.
- Reivindicamos o investimento em pesquisa na melhoria e diversidade da qualidade dos insumos de prevenção atualmente disponíveis na rede pública.
- Reivindicamos a valorização do acolhimento e aconselhamento como estratégias de acesso humanizadas e condução dos tratamentos de HIV/AIDS.
- Reivindicamos uma revisão do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) à luz das novas pesquisas internacionais, principalmente as relacionadas ao uso combinado (3 em 1), a menor toxicidade e menor possibilidade de efeitos colaterais, com a participação da sociedade civil e de grupos representativos das populações mais vulneráveis.
- Alertamos que a disponibilização de testes rápidos de HIV em farmácias são estratégias de testagem que devem ser acompanhadas de consequente informação, aconselhamento e acompanhamento evitando qualquer ação banalizadora ou vulgarizadora deste insumo ou substituto a testagens oferecidas em serviços públicos de saúde.

Neste momento, o fundamental é que se repense a política atual de AIDS no Brasil, mudando o passo e o caminho percorridos recentemente e buscando alternativas efetivas e participativas para se engendrar soluções viáveis de respeito aos Direitos Humanos, sobretudo junto às populações vulneráveis, e de valorização do SUS como referencial de política pública.

Viva a Vida!

Porto Alegre, 16 de Novembro de 2014.